

atlas de **RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

NÚMERO 10

A PALESTINA E OS ÁRABES

DELGADO DE CARVALHO

- 1 — Os Estados Árabes. 2 — A Questão da Palestina. 3 — O Movimento Palestino. 4 — Os Seis Dias de 1967. 5 — Atitudes Árabes 2

OS ESTADOS TAMPÕES DO HIMALAIA

THEREZINHA DE CASTRO

- 1 — Aspectos Gerais. 2 — Aspectos Geoeconômicos. 3 — Aspecto Político 8

A BRETANHA AUTONOMISTA

DELGADO DE CARVALHO

- 1 — A Península Bretã. 2 — Regiões Naturais. 3 — O Ducado da Bretanha. 4 — A Bretanha Francesa 12

ATUALIDADES PERUANAS

THEREZINHA DE CASTRO

- 1 — Aspectos Geoeconômicos. 2 — Síntese Histórica. 3 — As Novas Diretrizes 18

A PALESTINA E OS ÁRABES

DELGADO DE CARVALHO

1 — Os Estados Árabes

A região do mundo que, depois da primeira guerra mundial, isto é, nestes últimos cinqüenta anos, mais sofreu alterações políticas foi, com certeza o *Oriente Médio*. Este setor, domínio exclusivo das nações árabes, recebeu, depois das guerras, uma nova unidade, talhada na *Palestina*, o *Estado de Israel*, insulado no mundo muçulmano. Criou-se, assim, uma situação nova, que deslocou para leste a famosa Questão do Oriente, à qual tinham ficado vinculadas as discussões diplomáticas do século XVIII e do século XIX. Passou a ser a *Questão do Oriente Médio* a sua digna sucessora nas chancelarias.

Dos treze Estados Árabes da atualidade, oito são *asiáticos* e entram diretamente nos conflitos dos últimos anos e cinco são *africanos*. É a sua parte asiática que envolve o *Egito* no Oriente Médio em crise. Dos noventa milhões de árabes, mais de cinqüenta milhões estão localizados no chamado Oriente Médio.

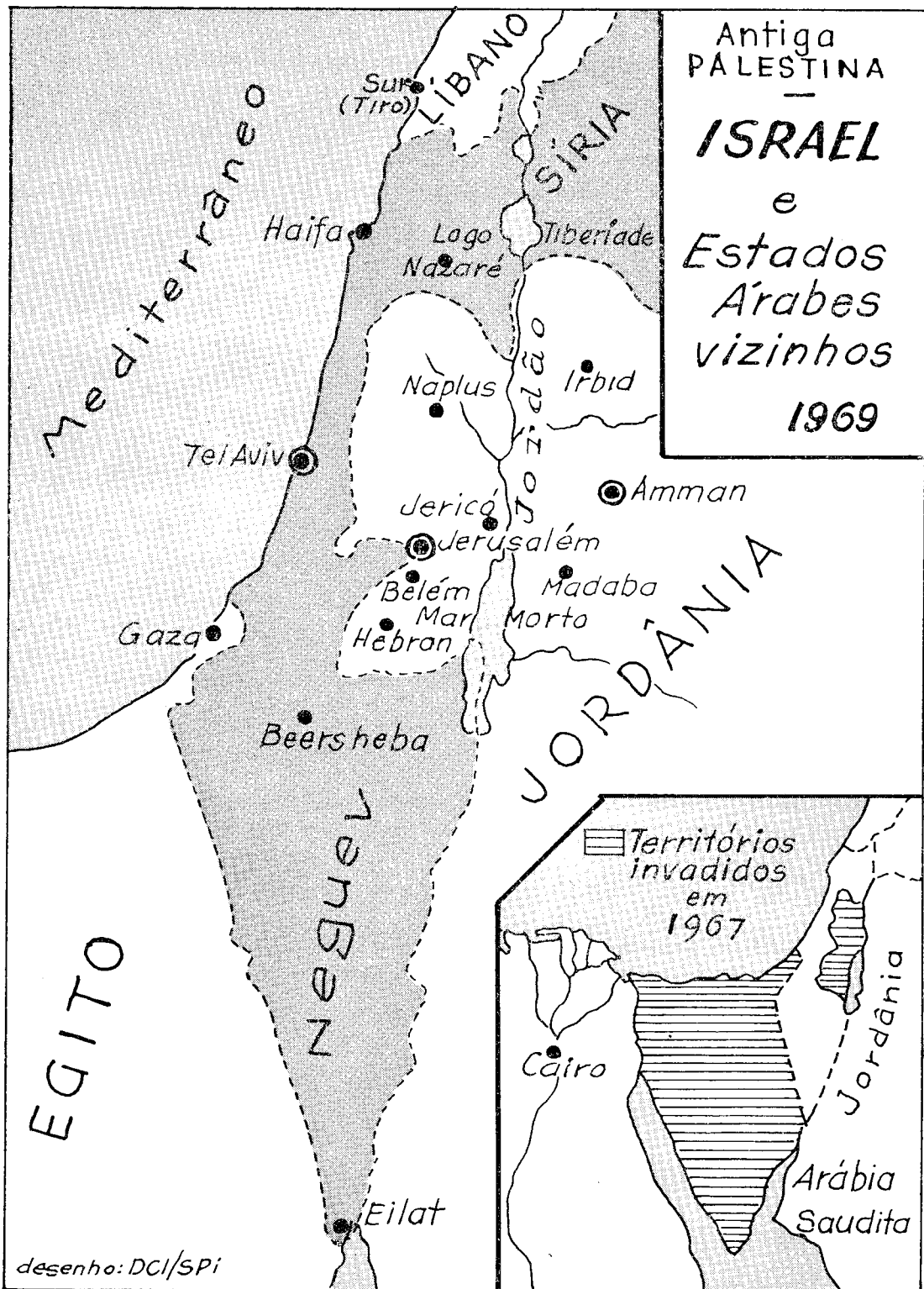
Se a interpretação dos recentes acontecimentos leva em consideração a situação geográfica dos Estados Árabes, não é menos importante levar em conta o passado histórico que, há mais de mil anos, faz entrar em cena o mundo árabe.

Depois de um passado medieval glorioso que, em conquistas sucessivas e rápidas, ilustrou a sua ocupação da Ásia Ocidental e da África Setentrional, os árabes se viram reduzidos à posição de colônias, conservando apenas a sua fé islâmica para salvaguardar a lembrança de sua epopéia, de sua entidade étnica, de seu valor espiritual no im-

portante papel que desempenharam na difusão das culturas clássicas. Mas a *exaltação religiosa* os levou a um conservantismo reacionário que constituiu o maior obstáculo ao desenvolvimento do espírito científico e racionalista necessário ao progresso econômico e, de um modo geral, à vida moderna.

Depois da Segunda Guerra Mundial não faltaram os episódios que marcaram as alterações políticas na conquista da independência. Diz a este propósito Gerard Chaliand: "Mas nenhum passo ainda foi dado no sentido da unidade, e nenhum desatracar econômico verdadeiro foi iniciado, apesar de algumas tentativas no Egito. Nenhuma revolução profunda tem aparecido no Oriente Médio. A tragédia do nacionalismo árabe é que, até agora, nenhuma força social tem surgido capaz de derrubar os obstáculos sociais, políticos e culturais, contra os quais se chocam a edificação, a modernização e o objetivo da unidade. As classes dirigentes tradicionais, feudais, burguesias comerciantes, incapazes de desempenhar este papel, foram substituídas, em vários países (RAU, Síria e em processo no Iraque), por burguesias administrativas que, por sua vez, se revelaram incapazes e a derrota de 1967 é disto apenas a prova recente de realizar a necessária transformação de sua sociedade para sair do subdesenvolvimento e da humilhação." (G. Chaliand. *Le Monde Diplomatique* — março 1969).

Embora a certos etnólogos a identidade étnica dos povos árabes possa apresentar algumas ambigüidades, é incontestável que a língua é o principal



critério desta identidade. Reforçam tal sentimento o islamismo tradicionalista e a atual hostilidade a Israel. Mas a história deste último meio século não confirma a unidade árabe.

De fato, fazendo abstração da atual crise árabe-israelense, o bloco árabe apresenta vários alinhamentos. O primeiro que o professor Lenczowski qualifica de *radical-revolucionário* é formado da República Árabe-Unida (Egito), da Síria, do Iraque e da Arábia Saudita. São países de regime republicano que, até certo ponto, seguem a orientação de Abdel Nasser, embora com ocasionais fases de desconfiança. O segundo alinhamento é o dos países monárquicos: *Arábia Saudita, Jordânia, Líbia Koweit e Marrocos*; são governos *conservadores moderados*; sua liderança tende a ser Saudita em razão de seus grandes recursos em petróleo. Por fim, há um grupo neutro composto do *Líbano, do Sudão e da Tunísia*. Neste último país, Bourguiba declarava aos líderes árabes que deixassem de cortejar as paixões das massas e reconhecessem a realidade da existência de Israel. Quanto ao *Yemen*, depois de uma série de constituições provisórias, em 1962, 1963, 1964 e 1965, o golpe de Estado de 1967 entregou a liderança política ao General Nassur Al-Anri. Os egípcios retiraram as suas forças de 50 mil homens que lhes fizeram falta alhures, mas contribuíram à vitória republicana sobre a realeza do Iman, sustentado pelo rei saudita Faissal.

2 — A Questão da Palestina

O nome de *Palestina* foi o nome tradicional dado à região, na qual se estabeleceram as doze tribos de imigrantes hebreus quando o conquistador Josué os fixou em ambas as margens do Rio Jordão. Hoje em dia a Palestina se acha repartida entre Israel, a Jordânia e a Síria.

De acôrdo com a *Declaração Balfour* de 1917, os Aliados da Primeira Guerra Mundial atribuíram à Grã-Bretanha a Palestina, o Iraque e a Transjordânia sob o *Mandato Classe A*

da Liga das Nações (1920). Não foi fácil a missão: a classe A reconhecia apenas a necessidade de uma assistência administrativa aos países provisoriamente independentes até que merecessem completa autonomia. Os árabes, que formavam 80% da população palestinese se recusaram a eleger membros do Conselho Legislativo sob a presidência do Alto Comissário britânico; êste teve que nomear os conselheiros necessários ao governo do país. Começaram cêdo a imigrar israelitas; em 1929, já eram 160 mil, principalmente refugiados da *Rússia da Polônia e da Romênia*. Continuou a oposição árabe ao governo mandatário, tornando-se, em 1929, uma verdadeira rebelião, com assassinatos de israelitas. A *Liga das Nações* censurou a Grã-Bretanha. No ano seguinte foi suspensa a imigração para a Palestina. As dificuldades e as lutas continuaram e em 1947, depois da Segunda Guerra Mundial, coube às *Nações Unidas* herdar os problemas da Liga das Nações. Foram criadas várias comissões de arbitramento; no meio do conflito deu-se a tragédia do assassinato do mediador sueco, conde Bernadotte. O Egito interveio entrando em guerra com *Israel* mas, finalmente, foi concluído um armistício; em 1948 foi delimitado o atual *Estado de Israel*, a faixa costeira de Gaza porém foi atribuída ao Egito e o território da *margem ocidental do Jordão* foi dado à Jordânia incluindo Hebron, Belém, Jericó, Ramallah, Nablus, (Sickem) e Tulkarm. É esta parte que merece hoje ainda o nome de "Palestina" para distingui-la das demais que também foram conquistadas por Israel em 1967.

Esta região é essencialmente formada da vertente oriental das serras e colinas formadoras da dorsal que se estende até o promontório do Carmelo, perto de Haifa (Jerusalém está a 750 metros de altitude e Hebron a 884) e do *Ghor*, isto é, do vale do rio Jordão. A largura média deste vale varia de 15 a 25 quilômetros; é quase plano e representa uma depressão que, ao chegar ao Mar Morto desce a 392 metros

abaixo do nível do mar; entretanto Jerusalém se acha apenas a 24 km do Mar Morto: representa isso uma diferença de mais de mil metros. É região de poucas chuvas e de vegetação desértica, cuja aridez é agravada por um solo salino.

3 — O Movimento Palestino

Na ocasião do êxodo de 1948 os palestinos procuraram se localizar na *Jordânia*, principalmente na região ocidental do Jordão à espera de uma solução das *Nações Unidas* ao problema dos refugiados. Esta solução consistiu apenas em sugerir a volta dos emigrados para a sua terra; o novo *Estado de Israel*, porém não concordou com semelhante sugestão. Por isso foram, então, surgindo, nos países árabes, idéias para resolver a questão palestina dos refugiados. Em vésperas do conflito de 1967, a sua distribuição nos países vizinhos era de mais de 1 milhão e 300 mil, sendo 700 mil na Jordânia, 300 mil na faixa de Gaza, 165 mil no Líbano e mais de 140 mil na Síria.

Foi na região de Gaza, território egípcio, que nasceu o primeiro movimento organizado, *El-Fath*, formado de estudantes e de pequenos burgueses (1956). O objetivo era contribuir definitivamente à unidade árabe dando aos refugiados uma pátria, e isto sem o concurso dos *Estados Árabes*, que manifestavam desconfiança em relação às idéias políticas do movimento. Só mesmo depois da independência da Argélia, conseguiu El-Fath criar um núcleo palestino de organização política. Sob a pressão do Egito, a *Liga Árabe* incumbiu-se de criar, em 1964, a *OLP* (Organização para Libertação da Palestina); surgiu também uma *Frente Popular de Libertação*.

Verifica-se, assim, que não faltam grupos ou organizações patrióticas visando um objetivo comum livre, não dos israelenses, mas do "sionismo" do Estado de Israel. "Entretanto, diz o professor Kelidor da Universidade de Londres, estas organizações não parecem ter uma idéia da espécie de Es-

tado que deva ser criado nem do futuro que deva ser reservado à população israelense no território deste Estado. As organizações diferem nas suas táticas, nos seus objetivos finais, como nas suas rivalidades pessoais a respeito da liderança. Além disso elas gozam de latitude e liberdade de ação diferentes. El-Fath possui a maior organização clandestina e talvez mais independência do que a OLP, visto ter esta última mais íntima associação com a Liga Árabe, onde pode ser exercida pressão e influência política. Quanto à Frente é muito mais protegida e pretende ser marxista na sua orientação. Esta já adquiriu alguma reputação aceitando a responsabilidade de certas operações, como desviando avião e bombas explosivas em Jerusalém e em Tel Aviv (A. Helidan — *The World Today* 1968).

As Nações Unidas, por sua vez, não ficaram alheias ao problema dos refugiados e cêdo foi tomando o cuidado de criar a UNRWA (United Nations Relief and Works Agency), que há vinte anos vem provendo os campos de refugiados de rações alimentares, de assistência médica e de escolas. Uma intervenção que parecia destinada a ser temporária tornou-se permanente e crescente, pois nestes vinte anos já apareceu uma nova geração de refugiados. Em mais de 60 campos trabalham dez mil pessoas para a distribuição e os serviços, sendo muitos refugiados empregados pela agência. Calcula-se em 20% o número de famílias cujos membros são agricultores e operários. Muitos emigram para outros países árabes; as empresas de petróleo da Arábia Saudita e do Koweit lhes deram empregos. A grande maioria, entretanto, se acha na Jordânia ocidental, na faixa de Gaza, e no Sinai egípcio. São, pois, territórios cuja administração e vida social estão desde 1967 sob a responsabilidade de Israel.

4 — Os Seis Dias de 1967

A guerra de 1948 havia entregue aos israelenses a posse do *Home* nacional prometido em 1917, mas em vez

de um tratado de paz incluindo um traçado de limites, o fim das hostilidades havia sido marcado pelo *Protocolo de Lausanne* de 1949. A questão de fronteiras era deixada para discussões posteriores, comprometendo-se Israel a permitir a repatriação de cem mil refugiados para os territórios palestinos conquistados pelo novo Estado. Durante duas décadas vinham se repetindo conflitos e discussões de soluções provisórias, devido às divergências existentes no seio do *Conselho de Segurança* das Nações Unidas, entre representantes de países do *Ocidente* (Estados Unidos, Grã-Bretanha, América Latina) e de países do *Oriente* (Estados afro-asiáticos, Rússia, Iugoslávia). Assumia o Egito, cada vez mais claramente, a liderança dos países árabes, com o prestígio de Nasser, embora as monarquias árabes não dessem sua perfeita adesão à política externa do governo do Cairo.

Apesar da paz relativa que reinava no princípio do ano de 1967, multiplicavam-se nas chancelarias os conselhos e as advertências que as superpotências davam a ambos os litigantes, sem acreditar entretanto, numa repentina ruptura.

Movimentos de tropas, visitas diplomáticas, declarações egípcias, pareciam apenas medidas de rotina.

Inesperadamente, em maio de 1967 o governo egípcio requereu a retirada dos quatro mil homens da *força expedicionária internacional* que as Nações Unidas mantinham nas linhas do armistício e no estreito de *Tiran*. O secretário geral *U Thant* não teve tempo de prevenir a ação do Egito e obteve apenas uma atenuante, permitindo a navegação do estreito a navios não israelenses. A 30 de maio, o rei *Hussein* da Jordânia comprometia-se no *Cairo* a agir, com o Egito e com a Síria, em guerra de defesa. De fato, em Israel, o governo do ministro *Eshkol* chamou o general *Moises Dayan* e decidiu o ataque.

A 5 de junho as forças israelenses destruíam metade das forças aéreas egípcias e jordanianas. Nos quatro dias

seguintes invadiram, simultaneamente, as terras a *oeste do Jordão*, o *sul da Síria* e a península do *Sinai* até o *Canal de Suez*.

A ocupação das terras jordanianas incluía a inteira cidade de *Jerusalém*. Não convinha aos israelenses levar mais adiante as suas forças militares; deram por terminada a “Guerra dos Seis Dias”.

Substituiu, assim, não somente o problema das fronteiras a fixar, como também a questão dos refugiados, agravado pelo novo conflito armado.

De então para cá, as três organizações palestianas de libertação têm multiplicado os golpes, os ataques, e explosões de bombas que provocam represálias dos atacados.

Grupos de guerrilheiros, formados de jovens palestinos, os *Fedayins* ou *Achbals*, ocupam, afastados das estradas e do trânsito, campos de treino, onde passam dois ou três meses antes de entrar no *comando* de ataque. A alta direção do movimento é reservada a *El-Fath* que supre munições, armas e recursos para as operações.

Quando coube às Nações Unidas nova intervenção para cessarem as hostilidades militares, o Conselho de Segurança emitiu a chamada *Resolução de Novembro*, uma rica coleção de ambigüidades recomendando cooperação, consultas separadas, emitindo não “termos de acôrdo” mas apenas “princípios”, não “direitos”, mas “garantias”, evitando também de qualificar o estreito de Tiran de “passo internacional” e de opinar a respeito dos refugiados.

5 — Atitudes Árabes

Dois anos depois dos “Seis Dias de 1967” o caso dos refugiados não recebia solução aceitável, embora se multiplicassem as sugestões. Estas se referiam principalmente ao que podia ser feito pelas Potências Árabes.

No *Egito*, Abdel Nasser, o “filósofo da Revolução”, tem procurado agir enérgicamente nos seus esforços para obter a justiça social no campo político e econômico.

Mas o problema da irrigação em terras superpovoadas, onde a pequena propriedade não tem recursos para aplicar técnicas modernas, restringe consideravelmente as áreas de cultura. A reprêsa de Assuan aumentou em 25% as terras de lavoura, mas o crescimento demográfico absorve rapidamente as conquistas rurais e o País luta com fortes contingentes de desempregados, no campo e na cidade. O acolhimento de refugiados complicaria singularmente o problema e a própria "democracia popular".

O *Libano* de seu lado, embora país árabe, não vê a possibilidade de admitir refugiados muçulmanos, que colocariam em minoria os elementos cristãos, atualmente em maioria e detentora dos postos governamentais.

A *Síria* se acha em permanente estado de crise econômica e instabilidade política, povoada de elementos

étnica e religiosamente diferentes. Os refugiados agravariam a heterogeneidade demográfica e retardariam a necessária integração de seu exército, onde se salientam as dissemelhanças.

Na *Jordânia*, por fim, onde um rei foi recentemente assassinado por ter tido intenção de resolver com Israel o caso dos refugiados, a dinastia ashe-mita não pode contar com a lealdade dos palestinos, inimigos natos do regime monárquico. O rei *Hussein* só pode contar com a lealdade de seus súditos *beduínos*. O seu desejo de ver estabelecido na margem ocidental do Jordão alguma autoridade palestina autônoma desperta a crítica dos outros governos árabes, que acabam o acusando de traição à causa muçulmana, embora seja esta a solução do problema dos refugiados a que Israel esteja em condições de aceitar.

(março de 1969)

OS ESTADOS TAMPÕES DO HIMALAIA

THEREZINHA DE CASTRO
Geógrafa do IBG

1 — Aspectos Gerais

Isolados no *Himalaia*, as mais altas montanhas sôbre a face da terra, o *Nepal*, o *Butan* e o *Sikin*, constituem-se, na realidade, em *estados-tampões* entre a China e a Índia. Ocupam *importante posição estratégica*, pois é nêles que se encontram as rotas que ligam a Índia e China através do Tibet.

Os habitantes dêstes três países são agrupados em *tribos* que procuraram sempre viver isoladas. No *Nepal*, por exemplo, destaca-se ainda a tribo dos *gurbas*, conhecida pelo seu valor guerreiro; no *Butan* a mais importante é a dos *bothis*, de origem tibetana; no *Sikin*, os *lepchas*, aborígenes conhecidos pela afabilidade e gôsto pela música que executam em flautas típicas.

A dominação inglêsa na Índia, iniciada no século XVII, pôs logo sob sua proteção o Nepal (1815), que vivera sempre em conflitos com a China. Para efetivar ainda mais a sua posição estabeleceram-se os inglêses, posteriormente, no Butan e Sikin (1865).

Com a independência da Índia (1947) os três Estados constituídos em monarquias teocráticas, de poder dividido entre chefes religiosos (budistas, induístas, lamaístas) e marajás, ficaram sob o protetorado do govêrno indu; já o Tibet passava-se para a área de influência chinesa.

Cabe à Índia a *defesa e representação exterior* dêstes três *estados-tampões do Himalaia*. O protetorado indu é mais efetivo no Sikin, já que no Butan e Nepal os governos locais concordam apenas em serem aconselhados pela

Índia nas suas relações externas; aceitam, por outro lado, a defesa militar da Índia, pois só assim mantêm-se livres da cobiça chinesa. Não aceitando tal *status quo*, o govêrno de Pekin anima os antigovernistas locais a uma política de afastamento da Índia, pois interessa a China ver sob sua influência essa barreira do Himalaia.

Por outro lado, os três *estados-tampões* encontram-se, também, na mais estreita dependência da Índia no *setor econômico*, já que concentra o grosso de suas importações e exportações.

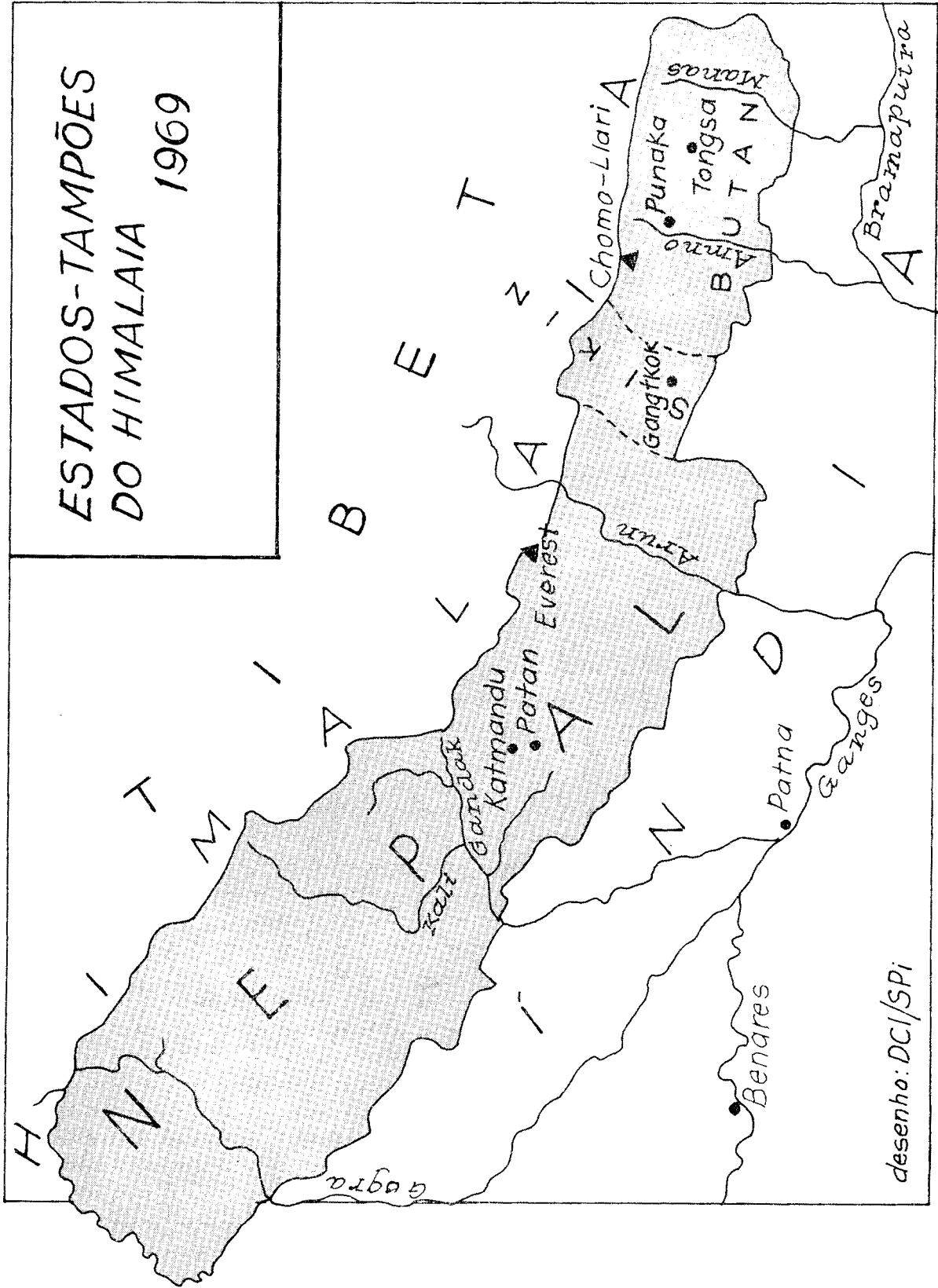
2 — Aspectos Geoeconômicos

a) Nepal

Existem duas versões para o significado da palavra Nepal. Dizem uns que significa “país dos quatro passos”; de fato, existem quatro passos neste território: o de *Saga* (leste); o de *Phar Ping* (sul); o de *Panch Mane* (oeste) e o de *Pati* (norte). Para outros Nepal é palavra da antiga língua indu e quer dizer “ao pé dos montes”.

Na realidade o Nepal é formado por uma nesga de terra com 341 km de largura e 387 km de extensão, perfazendo uma área de 141 400 km² (mais ou menos semelhante a de nosso Território do Amapá — 140 276 km²). É circundado pelas gigantescas montanhas que constituem o conjunto do Himalaia. Na região norte do país, onde faz fronteira com o Tibet, estão as vertentes meridionais do Himalaia, onde, entre outros picos, destaca-se o *Everest* (8 848 metros), o mais alto do mundo. Nascem aí a maioria dos rios

ESTADOS-TAMPÕES DO HIMALAIA 1969



desenho: DCI/SPI

Organizado pela autora

que banham o território nepalês, bastante caudalosos, de regime nival e pluvial que, em sua maioria, direta ou indiretamente, levam suas águas à *bacia do Ganges*.

Na parte meridional do Nepal encontra-se uma zona menos acidentada, denominada *Tarai*, onde se concentram os campos agrícolas; estão aí 99% dos habitantes d'êste país, cuja população absoluta foi avaliada, em 1964, em 9 500 000 almas. A única concentração urbana de destaque é *Katmandu* (195 260 hab.), que exerce a função de centro administrativo do Nepal; segue-lhe, apenas, *Patan*, a antiga capital (135 230 hab.).

A economia do país se baseia na agropecuária. Os arrozais ocupam a maioria dos nepaleses, seguindo-se o cultivo do milho, do trigo e do centeio. Se a agricultura procurou os vales temperados, abrigados entre as montanhas, o gado concentrou-se na faixa relativamente plana do *Tarai*. O tipo vacum é o mais numeroso, pertencendo especialmente à raça leiteira; segue-lhe o búfalo, mais forte do que o boi, sendo, por isso, mais apreciado nos trabalhos agrícolas.

A *indústria* é bastante incipiente, praticamente do tipo artesanal, especialmente no setor têxtil. Além do beneficiamento da juta, os nepaleses produzem, ainda, objetos de cobre e latão.

A precariedade das *vias de comunicação* contribuem para o pequeno desenvolvimento econômico do Nepal. Os intercâmbios são feitos, em geral, através de caminhos perigosos de meio metro de largura, à beira de precipícios; por sobre os rios a travessia vale-se de rústicas pontes. Chegam ao Nepal os trilhos da North Eastern Indian Railway, provenientes da Índia. O vale do Tanhot é cortado pela principal rodovia entre Katmandu e Índia, da qual apenas 48 km estão pavimentados. O serviço aéreo regular é feito pela Royal Nepalese Airline Corporation, cujas linhas principais ligam Katmandu, Calcutá, Patna, Nova Delhi e Dacca.

b) Butan

O nome d'êste pequeno país montanhês originou-se da palavra indiana "Bothanta", ou seja fim do Tibet (Both).

Com uma área de 50 000 km² (pouco menor que o nosso estado do Rio Grande do Norte — 53 015 km²), limita-se ao norte e noroeste com o Tibet, fazendo ainda fronteira com a Índia. Estão no norte os mais altos picos, entre os quais o *Chomo Lhari* com 7 134 metros de altitude. Partem desta zona numerosos rios que, alimentados pelas águas das chuvas e das neves, vão engrossar a *bacia do Bramaputra*.

Seus *campos agrícolas* de milho, arroz e trigo encontram-se localizados na região mais baixa, próxima da Índia. As ovelhas, cabras e iaques constituem-se nas espécies mais freqüentes dos *rebanhos* butaneses; os pôneis, por serem bastante fortes, são utilizados como animais de tração.

O *artesanato* utiliza-se do couro e panos caprichosamente tecidos à mão; são típicos ainda os vasos confeccionados em madeira, as armas e espadas.

A *população*, estimada em 750 000 habitantes, isto é, em sua maioria, de origem mongol-tibetana. Vive na zona rural, ou então agregadas aos mosteiros lamaístas e budistas encravados nos altos penhascos. Os poucos núcleos urbanos do país estão rodeados por muralhas medievais; *Punaka* o mais populoso é a capital durante o inverno, enquanto *Thimpu* exerce as mesmas funções durante o verão.

c) Sikin

Entre o Nepal e Butan, o Sikin tem apenas 7 107 km² (pouco maior que o nosso Distrito Federal — 5.814 km²). Sua configuração é, na realidade, a de um *vale transversal*, banhado pelo rio Tista, que penetra na Índia para tornar-se tributário do Bramaputra.

A população rural predomina, tendo sido (1961) estimada, em seu conjunto, em 162 189 habitantes; é formada por pastores de cabras e ovelhas,

vivendo em região de 4 mil metros de altitude, ou nas imediações de formações lacustres como a do *Changur*. O arroz e o milho constituem-se nos principais produtos agrícolas; é também praticada a cultura do cardamomo, de semente alimentícia, que se destaca no mercado de exportação para a Índia, com 60% sobre os demais produtos.

Sua capital é *Gangtkok* (12 000 hab.), a única aglomeração digna deste nome. O restante da população vive congregada em cerca de 20 mosteiros espalhados pelo país, entre os quais se destaca o de *Labrong*, onde vive o Kupgain-Lama, chefe de numerosa comunidade de lamas.

Estrategicamente o Sikin é o mais importante dos estados-tampões do Himalaia, já que é através de seu território que passa a principal estrada unindo a China à Índia.

3 — Aspecto Político

a) Nepal

A população nepalesa foi se formando através das sucessivas invasões de mongóis, chineses e indus. A partir do século XII chegam os *gurkas*, de raça indo-européia, que *conservaram o poder político* até o aparecimento dos ingleses.

De 1846 a 1951 o Nepal foi governado pela casta militar dos *Rhana*. Em 1951 um movimento revolucionário, de inspiração indu, instalou a *monarquia hereditária* no país, entregando a coroa ao rei *Tribhuvan*. Este foi sucedida pelo filho *Mahendra* (1955) que, em 1962, deu ao Nepal uma "Constituição Monárquica de Estado Indu". Por este conjunto de leis o monarca foi investido do poder executivo, tendo o direito de apontar seus ministros auxiliares para formarem o *panchayat na-*

cional. Coube, ainda, a essa Constituição dar início a unificação do país, integrando os 15 grupos que viviam no território sob forma de estados feudais semi-independentes.

b) Butan

Povoados por grupos tibetanos e indus, desde meados de século XVI o Butan era *governado por controle duplo* de um civil e um lama (chefe religioso).

Em 1907 o governador da província de Tongsa, no leste do país, *Ugyen Wangchuk* era eleito o *primeiro marajá hereditário* do Butan. Continuava este, no entanto, a dividir seus poderes com o monarca espiritual, o *Darma Rajá*. Cada vez que este chefe religioso morria, os altos sacerdotes butaneses elegiam um outro para ocupar-lhe o lugar. No entanto, o último Darma Rajá do Butan morreu em 1930 e, não tendo sido escolhido o seu sucessor, o marajá passou a ser absoluto.

A partir de 1952, com a subida de *Jigme Dorji Wangchuk* ao trono, o título do monarca passou a ser o de *Druk Gyalpo*, ou seja, *Rei Dragão*. Ainda nesta época o absolutismo monárquico foi atenuado, em parte, já que o rei passava a ser assessorado pelo *Tsongdu*, espécie de Conselho, cujos membros são designados, em parte, pelo monarca e em parte eleitos pelo povo.

c) Sikin

Graças a sua excelente posição estratégica, no cruzamento entre a Índia e a China, o Sikin mantém-se, desde 1947, sob protetorado indu. A região é governada por um marajá que tem o título de *Administrador Oficial Principal*, assistido pelo *Representante Indu*.

(março de 1969)

A BRETANHA AUTONOMISTA

DELGADO DE CARVALHO

A maior parte dos países da Europa são territorialmente formados em colchas de retalhos, retalhos gloriosos aliás e preciosos para a constituição de nacionalidades. Daí resulta a proliferação de regionalismos de aspectos pittorescos, tanto nas suas paisagens como nos seus vestuários, seu linguajar, seus costumes e pratos tradicionais.

Na nossa América Latina também há regionalismos, pode-se dizer, entretanto, que as nossas nações nasceram feitas nos moldes coloniais mais ou menos respeitados, ficando-lhes apenas o cuidado de definir, pacificamente, se possível, as suas fronteiras territoriais. Nos países europeus a união, obtida depois de séculos de conflitos e discussões jurídicas, levou a formas de centralização que, nos tempos atuais, se não ameaçada se acha, pelo menos, comprometida pelos aspectos que vêm tomando a vida das nações e as tendências para soluções internacionais dos problemas econômicos principalmente. A necessidade de comunicações, característica do mundo moderno, encontra nas fronteiras fiscais mais obstáculos do que proteção (a não ser nos países em fase inicial de industrialização).

Hoje em dia o leitor que gostar de História não pode deixar de sorrir ao lêr páginas da História Medieval, ou mesmo da Moderna, em que territórios grandes e, às vezes, muito grandes eram legitimamente tidos como propriedade pessoal de donzelas ou de príncipes casadouros. Carlos o Temerário, por exemplo, complicou singularmente a política européia casando sua filha, Maria de Borgonha, com Maximiliano de Austria, dando-lhe como dote os Países Baixos. Por sua vez, a

união do filho deste casal, Felipe o Belo, com Joana a Louca, filha dos Reis Católicos, transferia aos Austrias o dote da pobre alienada, isto é, nada menos do que a Espanha e seu império. Os Habsburgos foram, de fato, privilegiados em proveitosos matrimônios. Não são poucos os casos que se deram com esta feição de loteria política: o caso da Bretanha foi um deles e sua repercussão nos tempos atuais é assaz curiosa.

1 — A Península Bretã

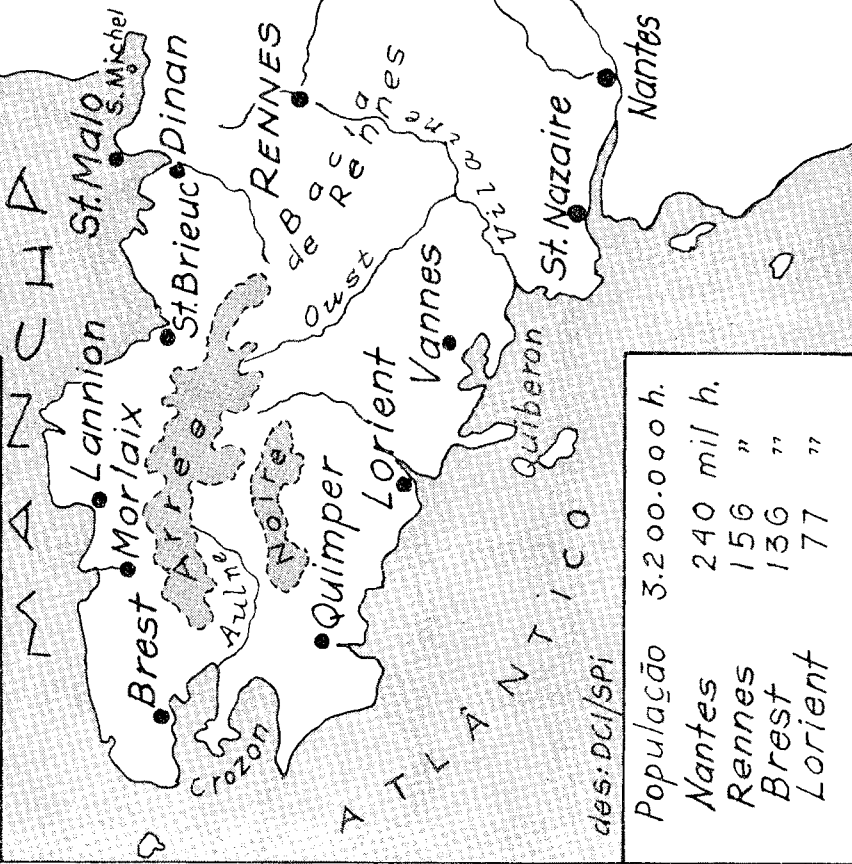
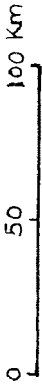
A situação geográfica muitas vezes explica o sentido da História. Albert Sorel, meu mestre nos primeiros anos deste século, dizia que “a Inglaterra é uma ilha e nisso consiste a sua história”. O mesmo pode ser dito da Bretanha: a Armórica é uma península, e daí decorre a sua história do passado e também do presente.

A península Bretã se projeta na Europa Ocidental como um maciço triangular de terras, entre o Mar da Mancha e o Oceano Atlântico. Sua extensão em longitude é de cerca de 250 quilômetros. A situação extremo-oeste que ocupa a península a destaca muito das demais regiões francesas.

O relêvo bretão é constituído de um maciço antigo, muito erodido, que o relêvo alpino terciário não levantou nem alcançou. Os montes de Arrées a Montagne Noire são pequenos planaltos de 200 metros que em parte nenhuma alcançou 400 metros. Entre os dois maciços abre-se a bacia de Châteaulin. A parte oriental da Bretanha é formada pela bacia de Rennes, onde corre o rio Vilaine e seu afluente o Ille.

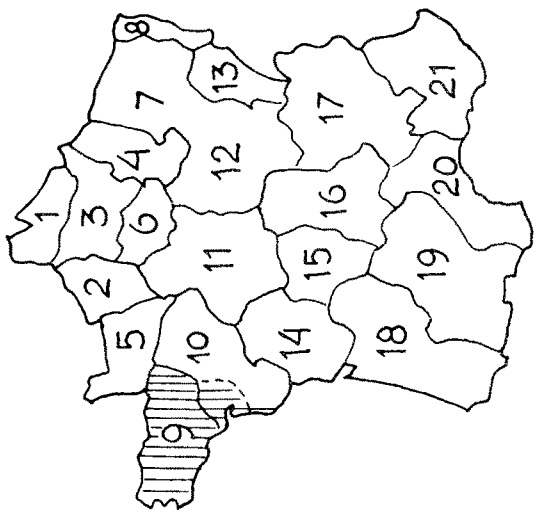
BRETANHA

35.311 Km²



des.: DCI/SPI

População	3.200.000 h.
Nantes	240 mil h.
Rennes	156 "
Brest	136 "
Lorient	77 "



Regiões Econômicas

- 1 Norte
- 2 Alta Normandia
- 3 Picardia
- 4 Champagne
- 5 Baixa Normandia
- 6 Reg. Parisiense
- 7 Lorena
- 8 Alsácia
- 9 Bretanha
- 10 Reg. do Loire
- 11 Centro
- 12 Borgonha
- 13 Franco Condado
- 14 Poitou-Charantes
- 15 Limousin
- 16 Auvergne
- 17 Rodano-Alpes
- 18 Aquitânia
- 19 Sul - Pirineus
- 20 Languedoc
- 21 Provence - Córsega

O litoral da Bretanha é muito recortado e forma numerosos rios, isto é, gólfos digitados, com foz em trombeta na costa escarpada; os rios revelam, pois, uma costa de submersão, mas são menos profundas do que os *fjordes* cavados pela erosão glaciária. A península triangular de *Crozon*, ao sul de Brest e a península de Quiberon, antiga ilha que uma língua de areia ligou ao continente, são feições originais deste litoral, do qual faz parte também o estuário do rio Loire que leva ao pôrto de Nantes.

O clima, entretanto, é o que mais singulariza a Bretanha no conjunto francês de regiões naturais. É essencialmente um clima oceânico, caracterizado por fortes ventos, que trazem do mar umidade e temperatura moderadas para o inverno e para o verão.

Seus nevoeiros são, por vèzes, tão densos que molham o solo sem ter chovido; é o que denominam de *crachin*. O *Noroit*, vento do noroeste, traz tempestades; o *Survit*, vento do sudeste, traz chuvas finas. O relêvo pouco influi sôbre o clima para diversificá-lo.

2 — Regiões Naturais

Na Bretanha Ocidental, ou Marítima, a população se concentra principalmente no recortadíssimo litoral da península. É uma faixa relativamente estreita, nas quais se localizam as cidades: Saint Malô, Dinan, Saint Brieuc e Morlaix, na vertente da Mancha; Brest, Quimper, Lorient e Vannes, na vertente atlântica. É naturalmente muito ativa a pesca. As águas costeiras são ricas em sardinhas e atuns; os pescadores de Paimpol vão pescar bacalhau na Terra Nova e lagosta nas costas da África. Na parte costeira da região, os solos calcários e as temperaturas brandas se prestam à horticultura (batata, couve-flor, alcachofra, ervilhas) e a alguma criação de gado vacum. No interior, predomina os *landes*, isto é, pastagens com estêvas e juncais; também são ali cultivados cereais.

A Bretanha Oriental abrange a bacia de Rennes, o chamado *Bocage Breton*, percorrido pelo rio Ille e seus afluentes. É um solo calcário fértil, onde é variada a agricultura, onde aldeias e granjas dispersas criam gado cavalari e vacum. Rennes é centro industrial, predominando aí produtos alimentícios e de vestuário. Saint Malô é o seu pôrto de importação.

O *Sul da Bretanha* é a região da foz do rio Loire, o "Pays Nantais". Dizem que em Nantes falta hinterlândia econômica; é um centro industrial, mas pouco contacto tem com o leste. Seu pôrto é Saint Nazaire, com suas construções navais e suas linhas para as Américas. A foz do Loire comporta, de ambos os lados, numerosas cidadezinhas (Paimbeuf, Donger, etc.)

A população da Bretanha está repartida em cinco departamentos que são os seguintes: Finistère, capital Brest; Côtes du Nort, capital Saint Brieuc; Ille-et-Vilaine, capital Rennes; Morbihan, capital Vannes e Loire-Inferieure, hoje denominado Loire Atlantique, capital Nantes. No decorrer deste século tem diminuído a população bretã. Em 1911 era de cêrca de 3 270 mil habitantes, em 1946 tinha caído a menos de três milhões, mas em 1962 recuperou cêrca de 3 200 mil habitantes, sendo o departamento do Sul o mais povoado; em 1911 era o Finistère o primeiro.

3 — O Ducado de Bretanha

Poucas regiões européias tiveram, como a Bretanha, dezesseis séculos de história tão movimentada e belicosa. Povoada de *Venetas*, a *Armórica* tinha caído nas mãos dos romanos quando foi invadida pelos bretões da Cornualha e do País de Gales; daí o nome de Britannia Minor, colonizada por imigrantes da Britânia.

Na era medieval dos merovíngios e dos carolíngios, os bretões conservaram-se sempre hostis aos *reis francos*. Até Carlos, o Calvo, ser levado a reco-

nhecer, em 846, a independência do duque de Bretanha, surgiu, no século seguinte, a perpétua hostilidade dos Normandos, aos quais o rei Carlos III havia cedido a Normândia; em 911, finalmente, Alano Barba-Torta venceu os normandos e salvou a unidade bretã.

Quando os soberanos da Normândia se tornaram senhores da Grã-Bretanha, isto é, reis da Inglaterra, recomeçou a luta com os ingleses. Coube ao rei da França, Felipe I, forçar *Guilherme o Conquistador* a desistir de suas pretensões sobre a Bretanha. Outra tentativa inglesa foi feita por Henrique II Plantageneta, ao tentar obter o território, por casamento de seu filho com a herdeira bretã, filha do duque *Godofredo II* da Bretanha. A resistência foi apoiada pelos senhores feudais.

Conseguiu, em 1213, o rei francês *Felipe-Augusto*, impor uma *dinastia capetíngia* ao Ducado da Bretanha, que se tornou, assim, um feudo do reino de França. Acabaram na genealogia ducal os nomes celtas de Nomenoé, Hoel Judicael, Rivod, Conan e outros e vieram os nomes franceses de João, Pedro, Francisco, Artur. Os dois episódios mais importantes desta última fase da história da Bretanha independente foram relativos à *sucessão feminina*: a lei sálica contra Joana de Penthièvre e os casamentos de Ana de Bretanha.

Com o advento dos capetíngios em Rennes, a Bretanha se tornou um campo de batalha perpétuo entre a França e a Inglaterra.

Ao falecer o duque João III deixou o ducado a seu irmão *João de Monfort* que, prestando homenagem a Eduardo III da Inglaterra, teve o apôio deste rei contra as pretensões de sua sobrinha *Joanna de Penthièvre*, sustentada pelo rei francês Felipe VI. O final desta *guerra de sucessão da Bretanha*, com a vitória do inglês, foi o prelúdio da Guerra dos Cem Anos. No sítio de Rennes ilustrou-se o famoso Du Gueclin. O rei da França, Carlos V, acabou reconhecendo Montfort, que lhe pres-

tou homenagem em 1365 (Tratado de Guérande).

O segundo episódio deu-se depois da Guerra dos Cem Anos quando o duque Francisco II casou, por procuração, sua filha *Ana da Bretanha*, com Maximiliano, o futuro imperador germânico. Sob pressão de Luís XI da França, Ana teve de romper este casamento, que desligava a Bretanha da França e foi casada com o rei Carlos VIII da França. O sucessor deste último rei, Luís XII da França, rompeu seu próprio casamento para desposar a viúva de Carlos VIII; Ana da Bretanha tornou-se, assim, rainha da França pela segunda vez.

Finalmente, Cláudia da França, filha de Ana e de Luís XII, herdeira do ducado, foi casada com o futuro rei francês Francisco I. O Delfim recebia o ducado e, em 1532, os *Estados da Bretanha* voltaram a união definitiva da Bretanha e da França.

4 — A Bretanha Francesa

Ao tornar-se a Bretanha província francesa, o governo real prometeu respeitar as instituições, os Estados da Bretanha e o Parlamento de Rennes.

Sob a monarquia, era classificada entre as “províncias estrangeiras”, dispensada de certas taxas. As autoridades locais sempre se destacavam pela resistência às medidas fiscais impostas pela França e pela oposição aos governadores nomeados pelo rei. Foram frequentes os casos de lutas e de conspirações. Durante a *Revolução Francesa* a Bretanha tomou parte nas insurreições de Vendéa e auxiliou os *chouans* contra as forças da República: várias batalhas foram feridas em solo bretão (Savenay), e a tentativa de desembarque dos aliados contra a França foi feita na península bretã de Quiberon (1795).

A Bretanha é conservadora de suas tradições e, nas suas paisagens características, que guardam ainda os seus megalitos, os *menhirs* e os *dolmens* da

Armórica pré-romana; surgiram as catedrais, os mosteiros e os castelos medievais, como Quimper, Cambourg, Josselin, Pontévy, além do famoso *Mont Saint Michel*, mosteiro insulado no mar, criado no século X pelo duque da Normândia. Na arquitetura bretã, predomina o *gótico*; a arte clássica tem poucas realizações regionais. Em 1925 falecia *Botrel* o bardo bretão moderno que cantou as belezas de sua terra.

Embora a imaginação e a curiosidade de todos os franceses sempre fôssem solicitadas pelas feições originais do “país bretão”, a Terceira República mantinha sólidamente as normas napoleônicas de excessiva *centralização* que, no dizer dos autonomistas, abafavam a Bretanha. Demograficamente a situação foi definida de “deportação”, tal a emigração bretã para Paris, a “maior cidade bretã do mundo”, onde, de fato, são mais de 350 000 os bretões que, como funcionários ou comerciantes foram procurar condições de trabalho mais lucrativas, privando sua terra de seus serviços, de sua energia produtiva. A *migração anual* é de cerca de 10 000 pessoas por ano, o que explica os recuos revelados pela estatística demográfica de 1911 para cá, apesar do meio prolífero. O que falta à Bretanha é a *industrialização, capitais*, melhores e mais rápidas *comunicações*. O governo central, entretanto, não poupa promessas e, em 1961, René Pleven ainda escrevia a respeito do bretão “ele não aceita o fato de ser a Bretanha considerada como uma reserva de mão-de-obra, de soldados, de marinheiros, de pequenos servidores do Estado, recrutados e mobilizados segundo as necessidades. A França marcha para despedaçamentos que nem suspeita, se não der à Bretanha a possibilidade de se abrir, de ter o seu papel no esforço francês.

Depois da *Primeira Guerra Mundial*, o movimento autonomista sabotou e tumultuou as festas do quadricentário celebradas em Renner, em 1932, com a presença de Herriot. Durante a

Segunda Guerra Mundial, os nazistas procuraram, com algum sucesso, convocar na Bretanha movimentos anti-francêses que determinaram, depois da vitória dos aliados, numerosas fugas para o estrangeiro e condenação de “colaboracionistas”. Os extremistas do separatismo não representam mais de 2% dos votos eleitorais, mas pertencem à *Frente de Libertação Bretã* (FLB), a uma “*Comissão da Bretanha Livre*” e mesmo a um exército, grupos mal definidos e de fraca influência. Com a 5.^a República, a Bretanha se definiu degaulista e parece ter realmente acertado.

Em março de 1968, o general De Gaulle fez em Lyon, declarações muito significativas que não passaram despercebidas na Bretanha quando fez a sua *visita a Rennes, Brest e Quimper*, apesar das manifestações esquerdistas de Morlaix, Saint Brieu e Nantes. Disse então o presidente francês: “O esforço multissecular de centralização que foi, durante muito tempo, necessário a nosso país para realizar e manter a sua unidade, apesar das divergências das províncias, que lhe eram sucessivamente unidas, não se impõe mais hoje em dia. Ao contrário, são as atividades regionais que aparecem como as molas de sua potência econômica de amanhã”.

As soluções econômicas regionais não sendo, porém, compatíveis com os 95 departamentos que constituem a divisão administrativa criada pela Revolução Francesa (com as alterações necessárias feitas posteriormente) tornou-se necessário uma nova divisão que se justifique a uma estrutura econômica mais adequada. Mas às regiões econômicas que se impunham foram traçadas em 1955 comportando vinte e uma zonas. Entre elas foram estudados certo número de *pólos*, as “*metrópoles de equilíbrio*”, que ficam incumbidas da execução dos grandes projetos estatais. Além das *concentrações industriais* do Norte (Metz, Lille, Roubaix, Nancy, Strasburgo) destacam-se as *novas metrópoles* Lyon, Saint-Etienne, Marselha, Toulouse, Bordéus e Nantes).

A Bretanha não foi esquecida nesta remodelação das forças econômicas da nação francesa. Para responder às queixas bretãs de abandono, de migração de valores, de prejuízos acarretados pelas medidas de racionalização econômica exigidas pelo *Mercado Comum* do qual faz parte a França, o governo do General De Gaulle tratou de criar um novo *complexo de base científica*

na Bretanha. No pólo criado entre Brest, Rennes e Lannion estão sendo concentradas várias *empresas eletrônicas* e não se trata mais de problemas a resolver pelo carvão. Brest será *pôrto petroleiro*, serão construídas *autopistas* e não faltará afluxo de *capitais*, se forem cumpridas as promessas de De Gaulle.

(março de 1969)

ATUALIDADES PERUANAS

THEREZINHA DE CASTRO
Geógrafa do IBG

I — Aspectos Geoeconômicos

Na *zona ocidental da América do Sul*, onde o continente mais se alarga, localiza-se o Peru, país com 1 285 215 km², pouco maior que o nosso estado do Pará (1 248 042 km²); banhado pelo *oceano Pacífico*, faz fronteira com o Equador, Colômbia, Bolívia, Chile e Brasil. O Peru é *país de contrastes*, dividido em três áreas geográficas distintas.

a) O seu *litoral*, com 1 900 km é pouco sinuoso, apresentando as baías de Sechura ao norte e a de Pisco no centro. A faixa litorânea propriamente dita, com largura variando de 40 a 80 km é, de um modo geral, *árida*. Alguns *vales férteis* são aí encontrados, graças a rios torrenciais provenientes da Cordilheira dos Andes, entre os quais se destaca o Santa; nos vales produtivos de Chira, Chicama, Lambayeque, Huacho e Cañete, cultivava-se a cana-de-açúcar e o algodão (vide quadro n.º 2).

O litoral peruano é banhado pela *corrente fria de Humboldt*, que vem do sul, desviando-se na altura do Cabo Blanco para as ilhas Galápagos; esta, trazendo grande quantidade de *plâncton*, torna as águas locais bastante piscosas, onde domina a *anchoveta*, pequeno peixe de 12 a 15 cm de comprimento. Esta, pescada em grande quantidade, é transformada em farinha, que constitui excelente ração para o gado e aves domésticas. A zona da *baía de Chimbot* é povoada por usinas especializadas na industrialização da *anchoveta*, consumida em cerca de 6 a 8 milhões de toneladas anuais. O óleo extraído deste peixe constitui subproduto apreciável no mercado mundial; este e,

em especial, a *farinha de peixe* representam 30% das exportações peruanas, colocando o país como primeiro exportador mundial (vide quadro n.º 3).

Por outro lado, as águas piscosas do litoral peruano atraem bandos de aves marinhas, principalmente os *guanaios*, que se alimentam desses peixes. Os escrementos dessas aves, encontrados principalmente nas ilhas Chinchas peruanas, facilitam a *produção do guano*, rico em azoto e fósforo, procurado no mercado como excelente fertilizante*.

Nesta faixa litorânea, além de *Callao*, pôrto que detem o monopólio do comércio externo, destaca-se *Lima*, a capital do país a 12 km do Pacífico. Os demais núcleos populacionais nada mais são do que pequenas aglomerações humanas, estabelecidas nos oásis litorâneos, trabalhando nos campos agrícolas, na pesca ou nas fábricas de beneficiamento do peixe.

b) Seguindo-se ao litoral, a *Cordilheira dos Andes* determina a configuração do Peru, ocupando cerca de 1/4 da área do país. Atravessa o território peruano de sudoeste a noroeste, como um eixo paralelo à costa, dividindo-se em dois ramos — o ocidental a 100 km apenas do Pacífico e o oriental que, formando um grande arco, cerca a vasta depressão onde se encontra o lago *Titicaca* (3 800 m).

* Além dos guanaios, albatrozes, pelicanos, gaivotas, etc., que há muitos séculos depositam seus escrementos nessa costa, a ausência de chuvas conservou o guano em espessas camadas. Tal qualidade de adubo, grande riqueza natural, passou a ser exportada a partir de 1840.



Nesta região, pontilhada de *vulcões e picos* bem altos como o bicéfalo *Huascarán* (6 760 e 6 717 metros), vive a metade da população peruana (vide quadro n.º 1), em economia baseada na agropecuária e indústria extrativa mineral.

Os agricultores estabelecidos nas regiões entre 3 800 a 4 000 metros, ocupam os chamados *vales das serras*, cultivando a cevada, a batata, o milho, o cacau e o café (vide quadro n.º 2). Já os pastores apascentam seus rebanhos a 4 500 metros de altura, onde a *lhama*, por suas condições físicas, é o animal que melhor se adapta. As jazidas minerais se encontram a partir de 5 000 metros, de um modo geral; *Cerro de Pasco*, por exemplo, a 4 300 metros é uma aglomeração de mineiros, já que os Andes Centrais são os que melhor estão integrados na economia moderna do Peru, graças a presença de Lima e Callao aos pés da montanha. O centro industrial de *Oroya*, beneficia os filões de cobre de Cerro Pasco para exportar o produto em pranchas e lingotes; tanto em Oroya quanto em *Casapalca* são tratados, ainda, o ouro, a prata, o chumbo, o zinco e o tungstênio (vide quadro n.º 4). Já em *Chimbote* há um embrião de indústria siderúrgica através da industrialização do minério de ferro de *Marcona*. Na parte setentrional dos Andes localizam-se as *explorações petrolíferas* de Lobitos, Zorritos, Negritos, La Brea e Pariñas. A principal refinaria é a de *Talara*, no Departamento de Piura.

c) Além da região andina, o território peruano abrange parte da *planicie Amazônica*, banhada por grandes rios como o Madre de Dios, Ucayali e Marañon, este último verdadeiro eixo do Amazonas.

Embora a área peruana, incluída na bacia Amazônica, constitua-se em 62% do território, é também a *menos povoada do país* (vide quadro n.º 1). Em Madre de Dios, por exemplo, a população relativa é de 0,2 hab./km², destacando-se somente *Iquitos*, com 55 695 pessoas.

A floresta equatorial que cobre a região forma pequenas clareiras ao longo dos rios. Vivem aí cerca de 50 000 índios como agricultores itinerantes, apoiados na *economia recoleitora*, já que além da caça e da pesca, recolhem o látex das seringueiras nativas e colhem castanhas do Pará, que encontram nas árvores esparsas em meio à variada flora amazônica.

A exploração, ainda modesta, do petróleo é feita em *Ganzo Azul*, perto de Aguaytia.

Já na zona da chamada *selva alta* ao pé das montanhas, as terras mais férteis possibilitaram a formação de núcleos mais populosos (de 6 000 a 8 000 pessoas), cultivando o café, o cacau, frutas cítricas e criando gado bovino.

As dificuldades de transporte com as demais áreas do país fazem com que essa região peruana dependa mais da bacia Amazônica para suas trocas e comércio. A rede navegável peruana na bacia Amazônica abrange 5 807 km.

A *rodovia Pan-Americana* constituiu-se no eixo das comunicações peruanas, servindo aos centros localizados nos Andes e litoral, chegando, inclusive, ao Chile e Equador; quase toda asfaltada essa rodovia tem 3 063 km de extensão. Do mesmo modo, as ferrovias servem ainda às regiões peruanas mais populosas, destacando-se, pelo valor político-econômico, a que liga Callao-Lima-Oroya-Cerro Pasco.

2 — Síntese Histórica

O Peru, conquistado por Francisco Pizarro e Diego Almagro, fez parte integrante do grupo colonial espanhol da América.

Grande parte da vida independente do país foi marcada por *lutas políticas entre civilistas e militaristas*. Coube a *Manuel Pardo* (1872-76) por fim a hegemonia militar e iniciar a *era dos caudilhos civis*.

A *Guerra do Pacífico* modificou a situação, mas aos dois militares que governaram o Peru após o conflito,

sucedeu-se a presidência civil de *Nicolas Pierola* (1895/99), que reorganizou as Forças Armadas, atraiu capitais estrangeiros para o país e fomentou a exportação do açúcar.

A transmissão legal do poder que se vinha processando terminou quando *Augusto Lengua* (1919/30) iniciou a série de *governos depositos por juntas militares*.

Em 1963 uma junta militar entregava o poder a *Fernando Belaunde Terry*, vencedor do pleito; êste, porém, foi derrubado por outra junta militar em outubro de 1968.

3 — As Novas Diretrizes

A junta militar presidida pelo general *Juan Velasco Alvarado* depôs Belaunde Terry pouco depois dêste haver assinado o decreto da *desapropriação das jazidas da International Petroleum Company* (I.P.C.) ligada aos capitais da Standard Oil Company of New Jersey, dos Estados Unidos. Julgaram os militares que as condições da desapropriação eram por demais favoráveis aos interesses da firma estadunidense; propalou-se até que o escândalo era tão grande, que as páginas do referido decreto, onde se estipulavam as indenizações, haviam sido subtraídas a última hora, para que nem todos tomassem conhecimento delas.

Ocupando o poder a junta militar tratou de expropriar a *Refinaria de Talara* (9 de outubro de 1968), afirmando que não se tratava de ataque contra o capital estrangeiro; procurava, sim, corrigir um erro, pois a I.P.C. devia ao governo peruano grande soma em dinheiro, resultante dos impostos não pagos. Cito como exemplo da boa vontade do Peru para com os capitais estrangeiros, outras empresas dos Estados Unidos como a Gulf Texas e a Standard Oil Company of Indiana, tornando-se concessionárias de territórios no país para explorarem o petróleo.

No entanto, a *ala conservadora*, que ocupa posição chave no Congresso

em Washington, acha que reatando relações diplomáticas com a Rússia e nacionalizando a I.P.C., a junta militar *procura hostilizar os Estados Unidos*. Baseiam-se, ainda, os conservadores, no fato de haver o Peru reivindicado, juntamente com o Chile e Equador, um *limite de 200 milhas para suas águas territoriais*, quando os Estados Unidos só reconhecem as 12 milhas regulamentares. Procurando defender suas águas piscosas, lanchas torpedeiras peruanas perseguiram, pouco depois do incidente com a I.P.C., o pesqueiro estadunidense San Juan que operava na fronteira marítima do Peru com o Equador.

Enquanto o Peru continua o seu programa de rever contratos com firmas estrangeiras e nacionalizar Bancos controlados por italianos e americanos, os conservadores exigem do Presidente Richard Nixon *represálias econômicas contra o país*. Desejam êsses políticos que o governo americano ponha em prática contra o Peru a chamada *Emenda Hickenlooper e a Lei do Açúcar*.

A Emenda Hickenlooper, sancionada pelo Presidente Kennedy em agosto de 1962, visa garantir as companhias de propriedade estadunidense, de acordo com os direitos que lhes conferem a lei e a prática internacionais. A referida Emenda determina, entre outras medidas, que as nações ao expropriarem associações e firmas, nas quais cidadãos dos Estados Unidos tenham, pelo menos 50% de participação, cumpram suas obrigações para com os antigos proprietários, de conformidade com o Direito Internacional; em caso de não haver acordo entre as partes contratantes prevê a arbitragem como medida apropriada.

Ora, o governo peruano ao expropriar a Refinaria de Talara, da sociedade estadunidense I.P.C., avaliou o complexo industrial em 50 milhões de dólares; nada teria, então, que pagar, já que, segundo seus cálculos, a I.P.C. devia ao governo 690 milhões de dólares de impostos atrasados. De acordo

com o que estipula a Emenda Hickenlooper a questão pendente terá que ser levada ao arbitramento para, estudando-se o que ambas as partes alegam, chegar-se a uma solução final.

Nestas circunstâncias, a USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) já se manifestou *diminuindo a quota de assistência econômica ao Peru*; a ajuda financeira foi, em 1964, no valor de 86,5 milhões de dólares, tendo sido reduzida para 18,5 milhões de dólares no ano que se concluiu a 30 de junho de 1968.

Outro grande prejuízo sofrerá a economia do Peru com a *aplicação da Lei do Açúcar*, votada em 1948, fixando quotas para o fornecimento desse produto, nacional e estrangeiro, aos mercados estadunidenses. Ora, o açúcar é produto que figura nas exportações peruanas, em 4.º lugar, com a cifra de 12% do total (vide quadro n.º 2); se os Estados Unidos diminuem ou suspendem a compra no mercado deste, que é o principal produto agrícola peruano, sofrerá, sem dúvida alguma, a economia do país.

Finalmente, se forem aplicadas textualmente a Emenda Hickenlooper e a Lei do Açúcar, seis meses depois, a partir da data da expropriação da I.P.C., é de se esperar uma *crise no continente americano*. Isto porque o Peru, de antemão, já vem contando com algumas solidariedades na América do Sul. A Chancelaria Argentina já hipotecou-a, oferecendo, também, sua colaboração no conflito com os Estados Unidos. O Presidente René Barrientos da Bolívia manifestou-se diplomaticamente e seu ministro, general Ovando Candia, referindo-se ao problema afirmou: "todo ato nacionalista para o bem da pátria é sempre bem feito".

Para estudar, da melhor maneira possível, a questão do I.P.C., o Presidente Richard Nixon enviou (março de 1969) seu emissário John Irwin, cuja missão é explorar a possibilidade de solucionar o problema, bem como a questão da pesca.

QUADRO N.º 1
POPULAÇÃO ABSOLUTA
(ESTIMATIVA DE 1965)
11.690.400 HABITANTES

CIDADES	Habitantes (1965)
Lima.....	1 795 100
Callao.....	266 700
Arequipa.....	160 836
Trujillo.....	123 500
Cuzco.....	92 600
Chimbote.....	77 200
Iquitos.....	55 695

População por Regiões	
Andes.....	5 933 900
Litoral.....	4 662 400
Amazônia Peruana.....	1 094 100

QUADRO N.º 2

PRODUTOS AGRÍCOLAS	Toneladas (1965)
Cana-de-açúcar.....	8 200 000
Batata.....	1 832 800
Milho.....	653 200
Cevada.....	194 300
Algodão (fibra).....	153 700
Café.....	69 000
Cacau.....	4 300

QUADRO N.º 3

EXPORTADORES MUNDIAIS DE
FARINHA DE PEIXE
(EM TONELADAS — 1965)

Peru.....	1 556 000
Estados Unidos.....	626 900
Japão.....	340 400

QUADRO N.º 4

PRODUTO MINERAL	Toneladas (1965)
Prata.....	38 163 300
Ferro.....	6 701 000
Cobre.....	3 084 000
Petróleo.....	3 000 088
Zinco.....	265 484
Carvão.....	110 400
Chumbo.....	86 320
Ouro.....	85 714
Tungstênio.....	349

FONTES: The Statesman's Year Book (1969/69)
Almanaque Mundial (1968) Reader's
Digest